

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368 p.

por Ênio José da Costa Brito* [brbrito@uol.com.br]

No período colonial: “Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos”. (Stuart Schwartz)

A percepção da força analítica das novas vertentes abertas pela historiografia atual requer alguns pressupostos, entre eles o de superar a radical ruptura entre a “escravidão” e a “liberdade”. A historiografia até recentemente considerou a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, como divisor de águas, isto é, via nela o fim da escravidão e o início da liberdade para os escravizados.

Estudos recentes têm constatado o nexos entre estratégias, costumes e identidades gestadas no pré-Abolição e projetos individuais e coletivos no pós-Abolição. Laços de solidariedade e redes familiares tecidas entre escravos no período da escravidão são reiterados no pós-Abolição.

Historiadoras e historiadores têm se dedicado a reconstituir “trajetórias” individuais e familiares de libertos para desvendar seus projetos de vida, suas visões de liberdade e do trabalho.

Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), de Walter Fraga Filho, ilustra bem essa tendência. Na apresentação, o autor enfatiza: “*sustento que os recursos materiais e simbólicos das comunidades, formados durante a escravidão, foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativeiro, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos*” (pp. 25-26).

A obra é composta por oito capítulos, articulados em três núcleos, o primeiro formado pelos capítulos primeiro, segundo e terceiro, que apresentam uma fotografia da população escrava

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP e líder do Grupo de Pesquisa O Imaginário Religioso Brasileiro.

dos engenhos nos últimos anos de escravidão, sinalizando para focos de tensão; o segundo congrega os capítulos quarto, quinto e sexto, nos quais se examinam de perto os conflitos, tensões e negociações que aconteceram no pós-Abolição. O foco das tensões incide nos direitos e recursos dos ex-escravos; os capítulos sétimo e oitavo compõem o terceiro núcleo, no qual se discute as complexas relações entre ex-senhores e ex-escravos que livremente permaneceram nos engenhos.

Tempos de mudanças

Nos últimos anos do século XIX, o Recôncavo Baiano, densamente povoado e até então economicamente sólido graças à presença de inúmeros engenhos, começou a sentir os reflexos da crise açucareira e das mudanças institucionais que ocorriam no país. A região contava com escravos crioulos que, ao longo dos anos, tinham constituído família, tecido uma extensa rede de relações, enfim, criado estratégias de sobrevivência. *“Além do trabalho no ganho, na criação, caça e pesca, os escravos podiam produzir a própria subsistência em pequenas parcelas de terras”* (p. 42).

Com a diminuição gradativa do número de escravos na região, crescia a preocupação dos senhores. Para contrabalançar, contratavam migrantes, alugavam trabalho escravo e remuneravam o trabalho extra, além de demonstrar generosidade distribuindo alimentos e roupas entre seus cativos.

Entre os “roceiros cativos” cresceu um sentimento de direito sobre as roças, gerador de conflitos e expectativas de liberdade. Na década de 1870 e 1880, o questionamento do domínio senhorial cresceu tanto entre os escravos quanto no campo jurídico. *“As leis emancipacionistas que ampliaram as possibilidades de alforria, a perda de legitimidade da escravidão e a crescente influência do abolicionismo combinaram-se e interagiram de variadas e imprevisíveis maneiras com as iniciativas dos escravos”*, relembra o autor (p. 56)

O assassinato de João Lucas do Monte Carmelo, frade carmelita calçado, em 14 de setembro de 1882, no engenho do Carmo, ilustra bem as tensões e os embates vividos nos últimos anos da escravidão no Recôncavo Baiano e expõe, também, as pressões exercidas pelos escravos, deslegitimando a configuração hierárquica vigente.

Os depoimentos colhidos de pessoas livres mostram que frei João Lucas, na administração do Engenho do Carmo, pautava-se pela política do domínio senhorial vigente, combinando castigos e negociações. Os depoimentos colhidos dos escravos apontam para outras formas de repressão, como a privação do descanso dominical e a má dieta.

Os escravos envolvidos no assassinato de frei João Lucas foram condenados às galés perpétuas em 23 de março de 1884. A pena, no entanto, durou apenas quatro anos, pois, com a libertação, receberam indulto.

Na década de 1880, uma ampla malha comunicativa interligava as freguesias açucareiras do Recôncavo, deixando os escravos a par de tudo o que acontecia na província na esfera sociopolítica. As cidades, especialmente Salvador, viram crescer a participação popular no movimento abolicionista, que se radicalizava a cada dia. A reação dos senhores não tardou: para tentar conter a disseminação do movimento emancipatório e a agitação nos engenhos, eles se utilizaram de estratégias várias, como concessão gratuita ou condicional de alforrias, assim como a desqualificação dos abolicionistas.

Ao longo da década de 1880, a desobediência e a insubordinação cresceram, as fugas se intensificaram a tal ponto que, no final de 1887, aconteceram alforrias coletivas aos montes. *“A alforria dos escravos, naquele momento, inseria-se numa estratégia política que buscava evitar o abandono das propriedades após a abolição”*, confirma o autor (p. 114).

Os escravos acompanharam de perto os debates em torno do projeto de abolição definitiva da escravidão. A notícia da Abolição foi muito festejada por ex-escravos e abolicionistas, assustando as autoridades e ex-senhores. A leitura da correspondência de senhores de engenho deixa entrever que os inúmeros conflitos ocorridos no Recôncavo logo após a Abolição, envolvendo ex-escravos e senhores de engenho, desvelaram a maneira como os ex-escravos vivenciaram a liberdade e buscaram alternativas para sobreviver longe da grande lavoura, além de desnudar o projeto senhorial de reconduzi-los à condição de trabalhadores dependentes.

Entre os sentimentos e expectativas dos ex-escravos, pode-se indicar o forte desejo de distanciar-se do passado escravista, que se expressava em palavras e ações, consideradas

“atrevidas” e “insubordinadas” pelos ex-senhores. Para estes, os egressos do cativeiro estavam contagiados pelo “entusiasmo”, “deslumbramento” e “embriaguez”, além de confundirem liberdade com igualdade. Velhas acusações emergiam contra os libertos, como a de não estarem preparados para a liberdade, de ser inclinados à indolência, à preguiça, aos vícios e às paixões.

Entretanto, *“os projetos de liberdade e os esforços que fizeram para se distanciar do passado estavam fundamentados em experiências de lutas travadas contra a própria escravidão”*, sublinha Filho (p. 140). Possuir terras era uma das antigas aspirações que lhes daria uma situação estável.

A repressão senhorial à luta dos escravos para se afirmarem como pessoas livres foi cruel, cerceando as atividades dos libertos que possibilitassem certa independência da grande lavoura, negando a posse de terras devolutas e destruindo pequenos assentamentos.

Os conflitos relacionados com os danos provocados pelo gado às lavouras, com a recusa ao trabalho e o cultivo das roças eram os mais comuns. Além disso, furtos e roubos cometidos por libertos, costume antigo do tempo da escravidão, aumentaram significativamente no pós-Abolição, gerando conflitos como o ocorrido no Engelho de Maracangalha, pertencente, desde 1878, a Muniz Aragão.

“Enquanto os ex-senhores se preocupavam em garantir as bases da lavoura de cana simplesmente reabsorvendo os ex-escravos como trabalhadores dependentes, os libertos viam na pequena plantação de gêneros a garantia de subsistência e o acesso aos mercados locais, independentes dos controles senhoriais” (p. 203).

Os engenhos do Recôncavo, durante o século XIX, não conseguiram incorporar trabalhadores livres; assim, até às vésperas da Abolição, continuaram dependentes da mão de obra escrava.

Mudanças nas relações cotidianas

A Abolição acelerou os processos de mudança nas relações cotidianas nos engenhos. Os ex-escravos rejeitaram tudo o que lembrava o passado, o tempo de escravidão, como o

ritmo de trabalho, a autoridade senhorial, a velha disciplina, as longas jornadas de trabalho, a recepção de rações diárias e o trabalho sem remuneração; os senhores, por sua vez, sentiram-se impotentes para resgatar o controle sobre os ex-escravos e embaraçados para negociar as condições de trabalho livre.

O tempo pós-Abolição foi marcado por intensas negociações voltadas para as novas relações de trabalho. Os ex-senhores jogavam suas fichas, em primeiro lugar, no figurino paternalista, depois nos projetos de imigração de trabalhadores europeus e asiáticos, e por fim nos “braços nacionais” para realizar a transição para o trabalho livre; os ex-escravos, com a experiência do cativeiro, tinham critérios para discernir o “justo” do “injusto” nos contratos de trabalho.

Alguns ex-senhores, frente ao fracasso da política paternalista e das negociações, adotaram medidas drásticas para manter os ex-escravos nas propriedades e no trabalho na lavoura de cana; outros favoreceram o acesso à terra e a vários benefícios. *“Assim, no curso dos anos que se seguiram à abolição, os libertos buscaram ampliar as atividades independentes da grande lavoura de cana, cultivar gêneros de subsistência nas roças e vender o excedente nas feiras locais, diminuir o ritmo de trabalho, negociar melhor remuneração, enfim, forjar condições de vida que os distanciassem do passado de escravidão”* (pp. 238-239).

No entanto, o que os escravos obtiveram ficou aquém do que desejavam; além disso, essas conquistas estavam sob ameaça permanente dos que detinham o poder e os meios de produção.

Que razões levaram os ex-escravos a permanecer nas propriedades? Como caracterizar essa permanência? Para responder, o autor recorre a listas de moradores internados no Hospital da Santa Casa de Santo Amaro (1906-1913) e aos registros de nascimento. Constata que, em geral, a mão-de-obra era do lugar, gente egressa da escravidão. Dado idêntico se repete para o Engelho da Cruz.

A compreensão da permanência dos ex-escravos nas fazendas passa pela percepção de uma lógica diferente daquela dos senhores. Para muitos ex-escravos, mudar era começar tudo de novo, deixando para trás vínculos comunitários e familiares, acesso à terra para

plantar roças e outros benefícios. *“O mundo dos engenhos não guardava apenas a memória dos dias difíceis da escravidão, era também testemunho do esforço incessante para conquistar espaços para cultuar deuses e santos”* (p. 251).

Entre as razões de permanência pode-se apontar condições climáticas (a seca de 1888-1889), conjuntura econômica social e preconceito contra indivíduos saídos da escravidão. A permanência, porém, implicava em uma vigilância constante com relação à “proteção” e a “autoridade senhorial”, que não podiam ser exercidas em bases escravistas; implicava, ainda, num controle das condições de trabalho e numa luta contra os padrões de domínio. *“Ao recusarem a velha disciplina de trabalho, ao afirmarem a liberdade de circular à procura de melhor remuneração e de melhores condições de moradia e, principalmente, rechaçar os castigos físicos, os ex-escravos buscaram alargar as alternativas de sobrevivência”* (p. 256).

Contudo, os ex-escravos cedo perceberam que a afirmação da liberdade, a luta para ser “bem tratados” e a resistência contra o racismo presente nas práticas cotidianas seria uma constante em suas vidas e nas de seus descendentes. Ao longo do cativeiro, os escravos constituíram suas comunidades lastreadas em relações de compadrio, solidariedade e amizade. A Abolição afetou a vida dessas comunidades.

O autor, ao esquadrihar os registros de 1871, 1883 e 1887 dos escravos residentes no Engenho de Pitinga, constata a presença de famílias intergeracionais e demonstra *“que suas escolhas e decisões foram norteadas pelas vivências comunitárias e pelos laços familiares penosamente engendrados ao longo da vida escrava”* (p. 283).

Tendo como referência essas comunidades, os ex-escravos e seus descendentes procuraram alternativas de sobrevivência. Vários desses núcleos territoriais constituídos por essas comunidades tornaram-se espaços de preservação de tradições culturais e religiosas. Os escravos que permaneceram nos engenhos ou na vizinhança dos mesmos eram associados, por pessoas livres, aos senhores dos engenhos ou ao seu passado escravista, apesar do diuturno esforço dos ex-escravos para se distanciarem do tempo da escravidão. Com o tempo, a terra para cultivar foi sendo dificultada, o que tirou dos mais jovens a condição de moradores, obrigando-os a se transformar em “trabalhadores alugados”.

A inserção dos ex-escravos no meio urbano, especialmente, em Cachoeiras, São Félix e Salvador, foi um dos caminhos percorridos pelos libertos para sobreviver e encaminhar a vida. *“Para além dos temores das elites e das preocupações repressivas das autoridades policiais, é necessário pensar a movimentação geográfica do período a partir dos referenciais dos libertos”*, observa Filho (p. 314). Os ex-senhores viam essa movimentação como “desorganização do trabalho”; os ex-escravos, como possibilidade de recomeçar a vida.

Registros cartoriais, a relação de entrada e saída do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro (1906-1911) e o livro de *Matrículas de Criadas Domésticas de Salvador* (1887 e 1893) ajudam o autor a entender as razões e significados dessa movimentação.

O trabalho feminino concentrou-se no setor doméstico, principalmente em Salvador, onde a Câmara, em 1886, tomou medidas para regulamentá-lo. Os homens se voltaram para profissões urbanas autônomas e para o comércio ambulante.

Convite à reflexão

O leitor de *Encruzilhadas de Liberdade* é reiteradamente convidado a pensar nas experiências da escravidão e da liberdade dos ex-escravos. Reflexão que o leva a superar inúmeros equívocos, silenciados por estudos historiográficos, pautados por uma concepção que divide a história da escravidão em antes e depois da Abolição, estabelecendo um fosso, uma ruptura entre esses dois momentos.

Entre os muitos equívocos pode-se apontar o de que os ex-escravos estavam despreparados para a liberdade, que não possuíam aspirações próprias e eram incapazes de planejar ações mais orgânicas. Além disso, ao emergirem da escravidão sem freios morais, sem a noção de propriedade e sem vontade de trabalhar, entregaram-se à vadiagem.

Filho, com base numa consistente e rica documentação, retrata minuciosamente uma realidade diferente da citada acima. Percebê-la, no entanto, requer que o leitor abandone a lógica senhorial e adentre, pelos menos um pouco, na lógica dos libertos. Só assim será

possível constatar que as percepções e expectativas eram diferentes entre libertos e ex-senhores.

Os libertos alimentavam uma esperança, tão presente na memória de seus descendentes, de recomeçar a vida podendo trabalhar onde, quando e quanto desejassem. Dispunham, para essa empreitada, de recursos materiais e simbólicos arduamente amealhados ao longo do cativeiro. O autor demonstra que *“a experiência da escravidão e as expectativas de liberdade foram decisivas para os libertos definirem os limites do que julgavam condizente com a nova condição”* (p. 229). Era o começo de uma permanente luta para os libertos e seus descendentes, luta que permanece atual, mesmo com os avanços realizados ao longo do século XX¹.

Encruzilhadas da liberdade acumula inúmeros méritos, o primeiro de trabalhar com uma quantidade de fontes primárias, que deixa o leitor fascinado. O autor sabe extrair delas o melhor e, o que é importante, apresentá-lo de modo cativante.

O segundo, de apresentar - implicitamente, pois não é essa sua intenção - um modelo para analisar esse momento constitutivo do país, o da passagem do trabalho escravo para o livre. Ao cobrir a ampla gama de expectativas e estratégias de libertos e ex-senhores, oferece as indicações necessárias para outros pesquisadores analisarem essa passagem em outras áreas do Império.

Filho deixa o convite, pois, está convencido de que *“os movimentos sociais que ocorreram após a abolição estavam impregnados de sentidos e expectativas forjadas nos embates antiescravistas. Estranhamente, esse aspecto das tensões sociais do período ainda não foi objeto de estudos sistemáticos”* (p. 351).

O terceiro mérito, de deixar entrever a diversidade que caracterizou a agricultura escravista no Recôncavo, sem, contudo, abrir a discussão. Diversidade visibilizada nas intensas

1 O jornal “Folha de São Paulo” traz uma reportagem no *Caderno Dinheiro* em 01.02.2009 intitulada *Corte de vagas afeta mais mulheres, jovens e negros*. O desemprego, em tempo de crise, revela, sem a menor cerimônia, sua face preconceituosa. “No retrato do desemprego, cabe ainda um recorte por cor e raça: pretos e pardos, segundo o IBGE, eram a maioria ao final de 2008 - 52,4% dos 1.606 milhão de desocupados nas seis principais regiões metropolitanas em dezembro de 2008” (cf. *Folha de São Paulo*, Dinheiro, B 3).

relações entre uma agricultura volta para o abastecimento local e a de exportação. Questão examinada minuciosamente por Bert J. Barickman, no caso do Recôncavo, e por Manolo Florentino e João Fragoso para o Sudeste².

Nas palavras de Barickman, seu livro *“investiga e analisa como a escravidão e a agricultura de exploração moldaram a produção e o comércio de gêneros de primeira necessidade no Recôncavo”* (p. 30), demonstrando a presença de uma desenvolvida economia interna na Bahia.

O quarto mérito é o de contribuir com a consolidação de uma visão historiográfica sensível à diversidade e à alteridade, que desemboca numa revisão de certezas historiográficas tão arraigadas no imaginário nacional. Méritos que têm lastros teóricos e empíricos.

Ler *Encruzilhadas da liberdade* é ter o privilégio de reviver esperanças, dificuldades e lutas de homens e mulheres protagonistas do recomeço de uma nação que sonhou e ainda sonha com uma cidadania plena para todos os seus filhos e filhas.

2 Ver BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim Editora 1993.